

Recebido em 19/02/2020. Aceito em 23/03/2020.

REFLEXÕES ACERCA DA RELEVÂNCIA E NECESSIDADE DA DECOLONIALIDADE NO ENSINO DE MÚSICA EM UMA UNIVERSIDADE FRONTEIRIÇA CONTEMPORÂNEA

REFLECTIONS ON THE RELEVANCE AND NEED FOR DECOLONIALITY IN THE TEACHING OF MUSIC IN A CONTEMPORARY BORDER UNIVERSITY

Glaucos Luis Flores Monteiro¹

Teresinha Rodrigues Prada Soares²

RESUMO: O artigo trata da relevância do pensamento decolonial na difusão do conhecimento a partir de uma universidade pública e fronteiriça (Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT), aprofundando-se no âmbito do ensino musical, mediante dilemas na utilização de novas abordagens no cotidiano acadêmico. O método utilizado é o debate teórico em diálogo com dados da realidade local e os resultados apontam para um currículo relativamente aberto às matrizes extra-europeias.

PALAVRAS-CHAVE: Decolonialidade; Universidade Pública; Ensino Musical

ABSTRACT: The article addresses the relevance of decolonial thinking in the dissemination of knowledge from a public and border university (Federal University of Mato Grosso – UFMT), and deepening the scope of music education, through dilemmas in the use of new approaches in academic life. The method used is the theoretical debate in dialogue with local reality data and the results point to a relatively open curriculum for extra-European matrices.

KEYWORDS: Decoloniality; Public University; Musical Teaching

- 1 Doutorando no Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura Contemporânea da Universidade Federal de Mato Grosso (2019). Mestre (PPG-ECCO/UFMT, 2019). Especialista em Gestão Pública (UFMT, 2015); Bacharelado na 1ª turma de Comunicação Social - Radialismo (UFMT, 1995). Membro do Núcleo de Estudos de Composição e Interpretação da Música Contemporânea - NECIMC/UFMT desde 2017.
- 2 Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo; Mestra em Integração da América Latina pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo; Graduada em Música (Violão) pela Universidade Estadual Paulista. Professora Associada III no Departamento de Artes, Música da Universidade Federal de Mato Grosso.

INTRODUÇÃO

Durante o segundo semestre de 2019, fomos surpreendidos pelas manifestações sociais que eclodiram na América Latina, em especial no Equador, Chile e na Bolívia. Num período em que o sistema educativo público brasileiro, notadamente Universidades e Institutos Federais, vinha sofrendo sucessivos ataques na imprensa e por redes sociais justamente pelo órgão gestor que tem a função de definir diretrizes e implementar ações em educação (o Ministério da Educação – MEC), estávamos realizando uma disciplina que objetivava “promover uma aproximação com a temática da Modernidade/Colonialidade/Decolonialidade(M/D/C)” (PPG-ECCO, 2019).

Com uma pesquisa de mestrado finalizada (Orquestras de Instrumentos Nativos: Amálgama de bambú, 2019), que focou uma orquestra boliviana com atividades supostamente decoloniais, situada em La Paz, a *Orquesta Experimental de Instrumentos Nativos* (OEIN), fundada pelo músico e compositor Cergio Prudencio em 1980, o olhar atento do pesquisador, aliado ao necessário pensamento (auto) crítico permanente do cidadão, disparou novas inquietações acerca da relevância de se “examinar diferentes dimensões nas quais a colonialidade se desdobra” (PPG-ECCO, 2019).

Ao mesmo tempo, disparou também íntimas reflexões sobre possíveis relações, importância e significância de trabalhos acadêmicos brasileiros observando o entorno latino-americano. Que tipo de conhecimento e quão importante uma pesquisa na área de Humanidades, numa universidade pública fronteira/periférica brasileira, pode produzir?

Em um trabalho sobre o Museu Rondon da Universidade Federal de Mato Grosso, da Dra. Maria Fátima R. Machado (2009), analisando documentos sobre a criação da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), a professora encontra uma publicação do setor de planejamento onde se sugere que uma universidade amazônica não poderia adotar o modelo organizacional das regiões “polarizadas” do Centro-Sul, pois eram “uma resposta educacional às necessidades de desenvolvimento socioeconômico em regiões caracterizadas por alta taxa de densidade” (MACHADO, 2009, p. 35).

Implantada e atuando numa extensa área geográfica, a Universidade Federal de Mato Grosso deveria “agilmente, converter-se num polo planejador e num clarivisor para a realidade regional, empreendendo a pesquisa de um modelo resistente e produtivo de organização, que se converta em motor e condicionador do desenvolvimento regional” (Ibid. anterior).

Certamente que se trata de um raciocínio socioeconômico do governo militar da época, repleto de ideais “desenvolvimentistas” (a UFMT foi fundada em 1970), totalmente questionáveis atualmente. Todavia o texto permanece atual quando justifica a importância estratégica de muitas das nossas universidades públicas fronteiriças (Universidade Federal do Acre – UFAC; Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD; Universidade Federal da Integração Latino-americana – UNILA; Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, por exemplo), assim como justifica

a existência de pesquisas voltadas à observação do entorno, isso sem aprofundar muito na relevância geopolítica, além do imaginário, que nossas universidades limítrofes Brasil/América-Latina exercem nos países vizinhos.

A Teoria crítica decolonial ou Pensamento decolonial – terminologia desenvolvida por Maldonado-Torres “para designar a proposta teórica e política criada por um grupo de pensadores prioritariamente advindos do hemisfério sul, que se propõem a buscar por outras epistemes para a vida e para a ciência” (BEZERRA, 2019, p. 95) – tem cada vez mais se afirmado como uma importante ferramenta para compreender eventos contemporâneos e será utilizada aqui como subsídio para o debate acerca do papel da universidade na conjunção fronteira e finalidades, apontando para a construção de propostas.

DISCUSSÃO TEÓRICA: A RELAÇÃO MODERNIDADE/COLONIALIDADE E A RESPOSTA NA DECOLONIALIDADE

Para alguns pensadores latino-americanos (Aníbal Quijano e Walter D. Mignolo, por exemplo), é necessário compreender o surgimento da Modernidade, ou seja, a etapa da humanidade que se inaugura com o “descobrimento da América”³; ao mesmo tempo, perceber o processo como um todo que afetou – e ainda afeta – tanto as sociedades colonizadas quanto as colonizadoras.

Segundo Quijano (2000), o grande marco que surge no período do “descobrimento” é a invenção da “ideia de raça”, enquanto ferramenta de dominação de populações, e tudo o que se fundaria a partir desse conceito se tornando, seguramente o instrumento mais eficaz de dominação social inventado nos últimos 500 anos. Produzido logo no início da formação da América e do capitalismo, na transição do século XV ao XVI, nos séculos seguintes foi imposto a toda a população do planeta como parte da dominação colonial da Europa.⁴ (QUIJANO, 2000, p. 1).

Quijano (2000) sustenta que, apesar do racismo não ser a única manifestação da “colonialidade do poder” nas relações sociais cotidianas contemporâneas, sem dúvida “é a mais perceptível e onipresente”, por isso mesmo não deixou de ser um dos principais campos de conflito, apoiando teorias como da eugenia (século XIX) ou do projeto da Alemanha nazista (século XX), por exemplo.

Dessa maneira, a partir do advento da América e de um novo padrão de poder fundamentado na imposição de uma classificação étnica/racial dos povos, surge a “colonialidade” agindo nas esferas subjetivas e materiais da existência social

3 O termo Modernidade ficou associado ao marco do Descobrimento da América, o surgimento do Novo Mundo, e também como oposição à história antiga ou Antiguidade. Economicamente, é neste momento que o ocidente transita do Feudalismo para o Capitalismo. Também surge o Iluminismo, o Cartesianoismo. (MIGNOLO, 2005, p. 36).

4 Texto original: “La idea de raza es, con toda seguridad, el más eficaz instrumento de dominación social inventado en los últimos 500 años. Producida en el mero comienzo de la formación de América y del capitalismo, en el tránsito del siglo XV al XVI, en las centurias siguientes fue impuesta sobre toda la población del planeta como parte de la dominación colonial de Europa.” (QUIJANO, 2000, p.192).

cotidiana. Com a colonialidade, novas identidades sociais e relações de poder também surgirão, conforme explica Aníbal Quijano:

A importância e o significado da produção desta categoria para o padrão global do poder capitalista eurocêntrico e colonial/moderno dificilmente poderiam ser exagerados: a atribuição das novas identidades sociais resultantes e sua distribuição nas relações de poder mundiais capitalistas foi estabelecida e foi reproduzida como a forma básica da classificação social universal do capitalismo mundial, e como a fundação das novas identidades geoculturais e suas relações de poder no mundo. E, da mesma forma, tornou-se o pano de fundo da produção das novas relações intersubjetivas de dominação e de uma perspectiva de conhecimento imposto globalmente como a única racional.⁵ (QUIJANO, 2014, p. 318).

Dado esse novo padrão “mundial” de poder (ou matriz colonial) que se estabelece desde então, outras formas mais ou menos sutis de colonialidades vão surgir nas colônias, não somente nas Américas mas também nas ocupações africanas e asiáticas levadas a cabo pelos europeus ocidentais. Walter Mignolo (2017) aprofunda e reitera as reflexões de Quijano ao descrever o padrão colonial de poder e seus desdobramentos em outras colonialidades, ainda hoje atuantes, afirmando que o “*patrón colonial de poder*” [matriz colonial de poder] foi descrito como quatro domínios inter-relacionados: controle da economia, da autoridade, do gênero e da sexualidade, e do conhecimento e da subjetividade. (MIGNOLO, 2017, p. 5).

Mignolo argumenta que, se por um lado a era das grandes navegações e das “descobertas” aparece como um dos ápices da transição do feudalismo para o mercantilismo, da mudança do paradigma filosófico da escolástica para o iluminismo, por outro, é nesse mesmo momento que a colonialidade se transforma no “lado mais sombrio da Modernidade”:

O conceito como empregado aqui, e pelo coletivo modernidade/colonialidade, não pretende ser um conceito totalitário, mas um conceito que especifica um projeto particular: o da ideia da modernidade e do seu lado constitutivo e mais escuro, a colonialidade, que surgiu com a história das invasões europeias de Abya Yala, Tawantinsuyu e Anahuac, com a formação das Américas e do Caribe e o tráfico maciço de africanos escravizados. (MIGNOLO, 2017, p. 2).

Em um trabalho sobre os problemas da musicologia latino-americana, o chileno Juan Pablo Gonzalez (2016) ratificando Quijano, também explica a colonialidade enquanto algo que se encontra “naturalizado”, profundamente entranhado na subjetividade, advertindo que:

A perspectiva eurocêntrica não pertence exclusivamente aos europeus ou às forças dominantes do capitalismo mundial, mas também àqueles que foram educados sob

5 Texto original: “La importancia y la significación de la producción de esta categoría para el patrón mundial de poder capitalista eurocéntrico y colonial/moderno, difícilmente podría ser exagerada: la atribución de las nuevas identidades sociales resultantes y su distribución en las relaciones de poder mundial capitalista, se estableció y se reprodujo como la forma básica de la clasificación social universal del capitalismo mundial, y como el fundamento de las nuevas identidades geoculturales y de sus relaciones de poder en el mundo. Y, así mismo, llegó a ser el trasfondo de la producción de las nuevas relaciones intersubjetivas de dominación, y de una perspectiva de conocimiento mundialmente impuesta como la única racional.” (QUIJANO, 2014, p.318).

sua hegemonia. (...) Trata-se de uma perspectiva cognitiva produzida no longo prazo, que naturaliza a experiência das pessoas no padrão de poder eurocentrado do capitalismo colonial/moderno. (...) Esse padrão de poder é percebido como natural ou dado, não suscetível a mudanças ou questionamento. (GONZÁLES, 2016, p. 71).

Ao mesmo tempo que não se trata de nenhuma novidade as denúncias sobre as mazelas da colonização (tanto nas Américas quanto em outras partes do globo), em que as intrigantes considerações dos autores decoloniais sobre a Modernidade tem dado novas compreensões dos eventos sociais atuais, também surgem reflexões interessantes no tocante aos movimentos de resistência. Silvia Cusicanqui Rivera, pesquisadora indígena boliviana, socióloga e historiadora feminista, afirma que:

embora a modernidade histórica tenha sido escravidão para os povos indígenas da América, foi ao mesmo tempo uma arena de resistências e conflitos, um cenário para o desenvolvimento de estratégias envolventes, contra-hegemônicas, e de novas linguagens e projetos indígenas da modernidade⁶. (RIVERA, 2010, p. 53).

Observando o momento atual de extremos reducionismos ideológicos (norte x sul, esquerda x direita, fundamentalistas cristãos x matrizes africanas, e outras combinações possíveis, por exemplo), uma terceira via de resistência, não alinhada aos exauridos modelos tradicionais da luta pela hegemonia política – que há um bom tempo já não respondem aos anseios das populações – parece ser uma possibilidade a ser averiguada com mais atenção.

Assim como as velhas propostas e práticas políticas parecem não responder mais aos anseios populares, velhos ritos estabelecidos na virada medieval e presentes na vida acadêmica ainda hoje, verdades epistêmicas eurocentradas parecem não convencer mais sobre suas validades na vida contemporânea. Provavelmente essas constatações e sentimentos também tenham provocado a ideia do “giro decolonial” como proposta central do movimento M/C/D (Modernidade/Colonialidade/Decolonialidade).

A proposta de giro decolonial significa o “movimento de resistência teórico e prático, político e epistemológico, à lógica da modernidade/colonialidade” (BALL-ESTRIN, 2013, p. 94); trata-se da busca por outras ontologias sobre quem somos, onde vivemos e o que queremos para o nosso futuro.

Dada a relação Modernidade/Colonialidade, podemos inferir que, de alguma maneira Decolonialidade é o movimento oposto a essa colonialidade, a eterna resistência dos povos contra a imposição que vem de fora. A esse respeito, Mignolo (2017) sugere que:

Consequentemente, o pensamento e a ação descoloniais surgiram e se desdobraram, do século XVI em diante, como respostas as inclinações opressivas e imperiais dos ideais europeus modernos projetados para o mundo não europeu, onde são acionados. No entanto, “a consciência e o conceito de descolonização”, como terceira opção

6 Texto original: “Si bien la modernidad histórica fue esclavitud para los pueblos indígenas de América fue a la vez una arena de resistencias y conflictos, un escenario para el desarrollo de estrategias envolventes, contrahegemónicas, y de nuevos lenguajes y proyectos indígenas de la modernidade”. (RIVERA, 2010, p. 53).

ao capitalismo e ao comunismo, se materializou nas conferências de Bandung⁷ e dos países não alinhados. Esse é o cenário da transformação de um mundo policêntrico e não capitalista antes de 1500 para uma ordem mundial monocêntrica e capitalista de 1500 a 2000. (MIGNOLO, 2017, p. 2).

Certamente que esse fenômeno que age nas subjetividades (o colonialismo) não parece algo fácil de se mensurar, nem tampouco é desejável de se alterar por imposição externa de um mecanismo coletivo qualquer, entretanto existem propostas de caminhos possíveis para uma “descolonização”. Mignolo reforça a ideia da importância do discurso, dos enunciados epistemológicos enquanto forma de legitimação das ideias e ideais da colonialidade, por esse motivo

o pensamento e a ação decoloniais focam na enunciação, se engajando na desobediência epistêmica e se desvinculando da matriz colonial para possibilitar opções decoloniais – uma visão da vida e da sociedade que requer sujeitos decoloniais, conhecimentos decoloniais e instituições decoloniais. (MIGNOLO, 2017, p.6).

Por conseguinte, o autor explicita um pouco mais sobre o que define como pensamento decolonial e a proposta da “desobediência epistêmica” quando diz que:

O pensamento decolonial e as opções decoloniais (isto é, pensar descolonialmente) são nada menos que um inexorável esforço analítico para entender, com o intuito de superar, a lógica da colonialidade por trás da retórica da modernidade, a estrutura de administração e controle surgida a partir da transformação da economia do Atlântico e o salto de conhecimento ocorrido tanto na história interna da Europa como entre a Europa e as suas colônias. (Ibid).

Afinado com o investigador da Universidade de Coimbra Boaventura de Sousa Santos quanto aos riscos e imprudência de se promover um “colonialismo invertido” (SANTOS, 2019, p. 377)⁸, atento em não refazer o discurso da reformulação de estruturas verticalizadas, autoritárias, ou socialmente invasivas, Mignolo propõe que:

A opção decolonial não visa ser a única opção. É apenas uma opção que, além de se afirmar como tal, esclarece que todas as outras também são opções, e não simplesmente a verdade irrevogável da história que precisa ser imposta pela força. Isso simplesmente é o tratado político, em uma frase, escrito pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN): um mundo em que muitos mundos coexistirão. (MIGNOLO, 2017, p.13).

7 A Conferência de Bandung foi uma reunião de 29 países asiáticos e africanos em Bandung (Indonésia), em abril de 1955, objetivando a promoção da cooperação econômica e cultural afro-asiática como forma de oposição ao que era considerado colonialismo ou neocolonialismo, por parte dos Estados Unidos e da União Soviética, marca também o surgimento do termo “Terceiro Mundo” para designar os países não alinhados com nenhuma das superpotências da época. (Fonte: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Pelo-Mundo/De-Bandung-1955-a-2015-velho-e-novos-desafios/6/33668>).

8 Boaventura de Sousa Santos (2019) defende que as “epistemologias do sul” não são o inverso das epistemologias do norte, e que as intervenções descolonizadoras não devem recorrer aos métodos do colonialismo. Ao mesmo tempo sugere que é na educação (acesso à universidade, carreira universitária, pesquisa e conteúdos pedagógicos, currículos e programas, por exemplo) que se concentram as melhores possibilidades de ações descolonizadoras.

Segundo Walter Mignolo, a opção decolonial, exercitar a desobediência epistêmica, implica “aprender a desaprender”, ou seja, é necessário “fugir da razão imperial/colonial que nos foi imposta através de um processo de colonização do pensamento durante séculos” e, dessa forma, o pensamento decolonial se torna “estrado para a pluri-versalidade como um projeto universal”. (MIGNOLO, 2008, p. 290).

CRÍTICAS E PERSPECTIVAS: DECOLONIALIDADE PARA QUEM PRECISA

Levando em consideração que a teoria decolonial é relativamente nova – o texto clássico de Anibal Quijano “*Colonialidad y modernidad-racionalidad*” é de 1992, e a declaração de fundação do Grupo (o “*Manifiesto inaugural del Grupo Latinoamericano de Estudios Subalternos*”) originalmente publicado em 1993 pela Duke University foi traduzida para o espanhol e publicado somente em 1998 – certamente que frutificou, gerou novos questionamentos e articulações, motivando tanto experiências quanto críticas.

Por conta de divergências teóricas, o *Grupo Latinoamericano de Estudios Subalternos* foi desfeito em 1998; objetivando aprofundar e radicalizar a crítica ao eurocentrismo surge então um novo grupo denominado Modernidade/Colonialidade (ou ainda grupo M/C/D), tendo Walter Mignolo como um de seus fundadores e principal articulador.

Diversos autores, colocados “tanto nos centros quanto nas periferias da produção” da geopolítica do conhecimento acadêmico, vem questionando o “universalismo etnocêntrico, o eurocentrismo teórico, o nacionalismo metodológico, o positivismo epistemológico e o neoliberalismo científico contidos no *mainstream* das ciências sociais” (BALLESTRIN, 2013, p. 109). Essas pesquisas atuais se articulam num conjunto de elaborações que foi designado como “Epistemologias do Sul” (SANTOS & MENESES, 2010, p. 5).

Dessa maneira, as ideias disparadas pelo grupo M/C/D, buscando “valorizar e descobrir perspectivas transmodernas para a decolonização das ciências sociais” (BALLESTRIN, 2013, p. 109), acabaram incluindo-se a um movimento mundial ainda em curso de refundação e descolonização epistemológica.

Experiências consideradas decoloniais, como o novo constitucionalismo latino-americano andino (Bolívia e Equador), os ensaios de autonomia das comunidades originárias na Bolívia, experimentos educacionais como as escolas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil, ou o *Programa de Iniciación a la Música* (desenvolvido pela OEIN) por exemplo, certamente não estão livres de contradições.

Questões como “devem-se decolonizar as instituições políticas – ou quais seriam as instituições políticas decoloniais?”, ou se os movimentos sociais atuais, em seus discursos e práticas, “identificam a colonialidade e reivindicam a decolonização?” (BALLESTRIN, 2013, p. 112) entre outras, já eram propostas pela professo-

ra do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas, Luciana Ballestrin em 2013.

Silvia Rivera sugere que “não pode haver um discurso da descolonização, uma teoria da descolonização, sem uma prática descolonizante”⁹ (RIVERA, 2010, p. 61); ao mesmo tempo, formaliza uma das mais profundas críticas aos teóricos decoloniais, não só da Bolívia mas de boa parte da América Latina, e suas relações estabelecidas com a Academia:

As elites bolivianas são uma caricatura do Ocidente, e, ao falar delas, não me refiro apenas à classe política ou à burocracia estatal; também à intelectualidade que adota poses pós-modernas e até pós-coloniais: para a academia gringa e seus seguidores, que constroem estruturas piramidais de poder simbólico e capital, triângulos sem base que amarram verticalmente algumas universidades latino-americanas e formam redes de clientelistas entre intelectuais indígenas e afrodescendentes.¹⁰ (RIVERA, 2010, p. 57).

Num recente trabalho publicado em 2019, Boaventura Santos também percebe a Academia como arena de importantes embates contemporâneos de forças sociais opostas, e denuncia um certo elitismo acadêmico:

A universidade está sendo abalada por dois movimentos aparentemente contraditórios. O primeiro, um movimento da base para o topo, tem a ver com as lutas sociais pelo direito à educação universitária. O elitismo da universidade vem assim sendo exposto como exemplo acabado de discriminação de classe, raça e gênero na sociedade e na cultura em geral. (...) O outro movimento, do topo para a base, tem a ver com a pressão global crescente a que a universidade é sujeita no sentido de se adaptar e se submeter aos critérios de relevância e eficácia do capitalismo global. (...) Tal pressão, por sua vez, faz destacar o fato de o elitismo da universidade se basear não apenas em discriminação socioeconômica, mas também racial, étnico-cultural, epistêmica e sexual. Na medida em que a universidade se enreda cada vez mais intensamente nas teias do capitalismo, o seu envolvimento com o colonialismo e o patriarcado também vai se tornando cada vez mais visível. (SANTOS, 2019, p. 375).

Complementando sua análise sobre o distanciamento efetivo da academia em relação aos movimentos sociais, Silvia Rivera aponta o academicismo *mainstream* presente nos Estudos Culturais norte-americanos – consequentemente nos fundamentos do grupo M/C/D – como criador de vícios que se espalharam pela academia latino-americana, sendo um dos fatores da dissociação universidade/movimentos sociais:

sem alterar em nada a relação de forças nos “palácios” do Império, os estudos culturais das universidades norte-americanas adotaram as ideias dos estudos de sub-

9 Texto original: “No puede haber un discurso de la descolonización, una teoría de la descolonización, sin una práctica descolonizadora”. (RIVERA, 2010, p. 61).

10 Texto original: “Las elites bolivianas son una caricatura de occidente, y al hablar de ellas no me refiero sólo a la clase política o a la burocracia estatal; también a la intelectualidad que adopta poses post-modernas y hasta postcoloniales: a la academia gringa y a sus seguidores, que construyen estructuras piramidales de poder y capital simbólico, triángulos sin base que atan verticalmente a algunas universidades de América Latina, y forman redes clientelares entre los intelectuales indígenas y afrodescendientes”. (RIVERA, 2010, p. 57).

alternidade e lançaram debates na América Latina, criando um jargão, um aparato conceitual e formas de referência e contra-referência que deformaram a investigação acadêmica dos compromissos e diálogos com as forças sociais insurgentes¹¹. (RIVERA, 2010, p. 58).

Entretanto, nem só de críticas consiste o trabalho dessa importante pensadora boliviana, mas também aponta possibilidades e rumos em direção a uma efetiva descolonização regional. Silvia Rivera, defendendo a valorização das línguas locais, acredita na possibilidade de uma profunda reforma cultural em nossa sociedade, sendo que ela:

depende da descolonização de nossos gestos, nossas ações e da linguagem com a qual denominamos o mundo. A retomada do bilinguismo como prática descolonizadora permitirá a criação de um “nós” de interlocutores e produtores de conhecimento, que posteriormente poderão dialogar, igualmente, com outras fontes de pensamento e tendências na academia de nossa região e no mundo¹². (RIVERA, 2010, p. 70).

Certamente não existem fórmulas prontas para uma descolonização latino-americana, apenas apontes. A proposta desses diálogos e pensamentos que, surgidos a partir dessa articulação, gerariam um desafio:

o da construção de laços sul-sul que nos permitirão romper os triângulos sem base da política e da academia do norte. Construir nossa própria ciência – em um diálogo entre nós mesmos – dialogar com as ciências dos países vizinhos, afirmar nossos laços com as correntes teóricas da Ásia e da África e enfrentar os projetos hegemônicos do Norte com a força renovada de nossas convicções ancestrais¹³. (RIVERA, 2010, p. 73).

De forma perspicaz, o compositor boliviano Cergio Prudencio comentando em 2012 sobre as mudanças ocorridas na Bolívia sob o governo de Evo Morales, percebe que a transformação ampla, uma efetiva emancipação (cultural/econômica/ideológica), o giro decolonial enfim, não acontecerá “por decreto”, mas na forma de um processo (ou vários) a longo prazo; ao mesmo tempo mostra sua visão estratégica neste caminho:

É fácil encher a boca com a questão da descolonização, mas é muito difícil colocar em termos concretos. Esse é o desafio hoje. O que é descolonizar e como? Eu entendo isso exclusivamente como uma construção, não vejo qualquer perspectiva para proces-

11 Texto original: “sin alterar para nada la relación de fuerzas en los “palacios” del Imperio, los estudios culturales de las universidades norte-americanas han adoptado las ideas de los estudios de la subalternidad y han lanzado debates en América Latina, creando una jerga, un aparato conceptual y formas de referencia y contrarreferencia que han alejado la disquisición académica de los compromisos y diálogos con las fuerzas sociales insurgentes”. (RIVERA, 2010, p. 58).

12 Texto original: “La posibilidad de una reforma cultural profunda en nuestra sociedad depende de la descolonización de nuestros gestos, de nuestros actos, y de la lengua con que nombramos el mundo. El retomar el bilingüismo como una práctica descolonizadora permitirá crear un “nosotros” de interlocutores/as y productores/as de conocimiento, que puede posteriormente dialogar, de igual a igual, con otros focos de pensamiento y corrientes en la academia de nuestra región y del mundo.” (RIVERA, 2010, p. 70).

13 Texto original: “El desafío de esta nueva autonomía reside en construir lazos sur-sur que nos permitan romper los triángulos sin base de la política y la academia del norte. Construir nuestra propia ciencia – en un diálogo entre nosotros mismos – dialogar con las ciencias de los países vecinos, afirmar nuestros lazos con las corrientes teóricas de Asia y África, y enfrentar los proyectos hegemónicos del norte con la renovada fuerza de nuestras convicciones ancestrales”. (RIVERA, 2010, p. 73).

tos regressivos, muito menos. A descolonização nos desafia a inventar cenários, formas de inter-relação, processos educacionais e comunicacionais. Aí está o território em que poderíamos gerar a descolonização. (PRUDENCIO, 2012)¹⁴.

E o desafio de uma universidade fronteiriça (como a UFMT) é poder suscitar um existir *com* diferença; esse *outro* fazer teria no pensamento Decolonial uma informação pormenorizada de base epistêmica. Das Epistemias às Poéticas, veremos no exemplo proposto da Música na UFMT, oficialmente, o que há na grade (disciplinas, currícula, Epistemias) e se na repetição do modelo de colonialidade do saber e da estética (ensino oficial de música eurocentrada) podemos ter linhas de fuga.

BUSCANDO PONTES: POSSIBILIDADES NAS ARTES

Dada as reflexões e releituras históricas acima, faz-se necessário expor que o pensamento decolonial, agora inserido nas *epistemologias do Sul*, não propõe a rejeição total da Modernidade mas, ao mesmo tempo em que oferece novas leituras analíticas mostrando deficiências em nossa (de)formação colonial, instiga nas diversas esferas da existência humana a observação e a construção de modernidades alternativas a um “superior” modelo ocidental único.

No referido trabalho de mestrado sobre a *Orquestra Experimental de Instrumentos Nativos* (MONTEIRO, 2019, p. 88), coube a análise de uma obra musical autoral intitulada “*Del Peabiru hasta Capaq Ñan*” desenvolvida por ocasião da participação do autor na edição 2017 do *Programa de Residencia de Composición* da OEIN. O mote da composição é uma alusão alegórica à necessidade de se refazer pontes entre caminhos ancestrais, e é justamente esse tema um dos principais atrativos que nos parece ser interessante em toda a proposta da decolonialidade.

Será que não interessa muito mais conhecer e aprofundar as implicações e propostas da Insurreição Zapatista do EZLN no México (Oaxaca e Chiapas – 1º de janeiro de 1994), com sua opção estratégica de “mudar o mundo sem tomar o poder”? Parece muito mais relevante e pertinente, para uma universidade sul-americana geograficamente fronteiriça, compreender possíveis relações ou mecanismos similares – ainda que em contextos diversos – das zonas ingovernáveis (como as favelas do Rio de Janeiro ou nos vales cocaleros cochabambinos) habitualmente tratadas pela grande imprensa simplesmente como zona do tráfico de drogas.

Ainda que, por exemplo nas Artes: conhecer, devorar e reproduzir *ad aeternum* fielmente as formas musicais clássicas europeias – e todas têm seu alto valor simbólico/histórico/técnico – seja um hábito desenvolvido e consolidado nas escolas de música do nosso subcontinente, uma ponte refeita seria muito mais conhecer as

14 Texto original: “Porque es fácil llenarse la boca con el tema de la descolonización, pero muy difícil ponerlo en términos concretos. Ése es el desafío hoy por hoy. ¿Qué es descolonizar y cómo? Yo lo entiendo exclusivamente como una construcción, no veo perspectiva alguna a procesos regresivos ni mucho menos. Descolonizar nos desafia a inventar escenarios, formas de interrelación, procesos educativos y comunicacionales. Ahí está el territorio en el que podríamos generar la descolonización.” (PRUDENCIO, 2012).

rupturas propostas pela música (popular ou culta) latino-americana nessas mesmas formas; chamamés, sambas, *huayños*, *guajiras* ou *habaneras* deveriam nos formar tanto quanto os clássicos, não desmerecendo nenhum gênero.

Até aqui apontamos a pouca visibilidade de nosso entorno latino-americano dentro de um sistema em que a linguagem (das Artes) é reconhecida dentro de parâmetros de um estilo/tendência artística restritos - nosso entorno padece de uma análise, de ser escolhido mais vezes pela academia como objeto de estudo das rupturas como parte do todo artístico.

No estudo da formação da cultura brasileira e latino-americana podemos olhar mais para a expropriação cultural dos oprimidos como “contribuição” ou poderíamos tratar da resistência cultural de índios e negros, de como manusearam essa força (imposta e eurocêntrica)? A música de concerto brasileira foi inserida e trabalhada por/com jesuítas e indígenas e, mais tarde, pelos negros escravizados, que foram os primeiros músicos dos engenhos, das capitâneas, das igrejas – essas atividades musicais podem ter ficado isentas de suas essências culturais?

A reprodução de uma cultura em outra territorialidade, na tentativa de supremacia, não resultaria na mera repetição desta cultura, mas geraria diferenças. As condições do Brasil colonial teriam sido adversas para a repetição pura e simples, há inúmeros fatores que causariam variações dessa cultura. Então, mais uma vez, estamos falando de uma brasilidade, e não de uma extensão de Portugal, de uma latinidade e não de uma extensão ibérica.

Colocando esses exemplos para destacar que houve e há resistência cultural, criadora, outros saberes, outras Epistemes nas Poéticas, só aparentemente estáticas ou subservientes. Um ponto que precisa ser melhor reparado é que a Academia (vamos ficar no caso das Artes/Música) está formada tanto pela academia que trata da técnica musical, da especialidade em *performar* música - seja tocar seja compor; e temos a Academia na visão mais ampla, que é a formação do pesquisador em música, que deveria ser em músicaS no plural (BLACKING, 2007).

Voltando para o tema inicial do artigo – qual a legitimidade de uma universidade fronteiriça se ela ignora o seu entorno? – as promessas iniciais ficaram no papel. No entanto, qual seria uma proposição possível de um currículo pensando na academia performática, posto que na academia pesquisadora, a escolha é livre, basta ter iniciativa de ousar fazer diverso, girar a chave.

Se a crítica incide mais frontalmente na formação musical (no caso específico, a da UFMT), seria, no entanto, no interior das disciplinas já existentes que o conteúdo poderia ser subvertido. Qual a sugestão para isso acontecer? Quais possibilidades poderiam ser apontadas? Novamente, com Boaventura Santos, temos as “epistemologias do sul” não como o inverso das epistemologias do norte, e intervenções descolonizadoras na educação se façam melhor pelos conteúdos pedagógicos, currícula e programas.

Durante o período dedicado à pesquisa junto à OEIN em La Paz, experienciamos alternativas, novos argumentos, novos parâmetros para a aplicabilidade do nosso entorno no conteúdo das disciplinas formadoras da graduação. Se pensarmos em

fechar a delimitação do problema em: Música na universidade, na UFMT, há uma releitura possível.

Na atualidade, os cursos de Música na graduação se revestem das leis 10.639 e 11.645/2008, que tratam do ensino da história da África e das culturas afro-brasileira e indígena, respectivamente, antes disso já as resoluções que instituíram diretrizes curriculares (CP/CNE nº 01, de 2004) para tratar das relações étnicas e o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana em todos os cursos superiores, constante inclusive dos projetos pedagógicos. Quando se verifica a aplicação dessas normativas, vê-se que o conteúdo legislado permeia várias disciplinas da Música, desde mais implicitamente em História da Música Brasileira I e II, Etnomusicologia, Prática Pedagógica em Música Regional até as escolhas repertoriais de obras performadas ao longo dos 8 a 10 semestres dos cursos oferecidos na graduação, bem como disciplinas optativas e em atividades complementares.

Relembramos aqui iniciativas anteriores, como do compositor uruguaio Coriún Aharonian (1940-2017) em seu livro sobre Educação Musical (AHARONIÁN, 2004, p. 194) em que propõe novos currículos, com cultura local e de obras musicais historicamente recentes, de compositores vivos, como articulação principal formadora. Aharonián (2002) possui ainda um livro de História da Música no qual, diferentemente da grande maioria dos autores, narra momentos histórico-musicais com ênfase no contexto político-social, do jogo do poder que utiliza as Artes como manutenção de suas posições, de produções de reacionários e burgueses em comparação com os que causam inquietação, tensão por meio de seus deslocamentos poético-sonoros. Sobre a relação com a Europa, o autor uruguaio afirma:

A expansão imperialista da Europa Ocidental deveu-se muito às contribuições de seus estudiosos extraeuropeus.

Na realidade, a necessidade de estudar as coisas e classificá-las não é uma necessidade do homem. Mas uma vez que os padrões culturais europeus foram impostos a todo o mundo, essa necessidade se torna um fator de poder. Fora do jogo do poder, a existência de disciplina nos permite acessar o conhecimento das coisas de todos os povos, a fim de estar em posição de enfrentar com mais solidez os modelos “únicos” metropolitanos e a inevitavelmente visão colonial do “outro”. É verdade que esse acesso é alcançado em princípio através da própria metrópole, mas isso parece inevitável para lidar com sua proeminência hegemônica. (AHARONIÁN, 2002, p. 17)¹⁵

Neste sentido, Aharonián alude à relação tensa de extraeuropeus como fator predominante para a difusão do eurocentrismo; embora estabeleça possibilidades de um enfrentamento, pondera a paradoxal tarefa de combater reproduzindo os próprios meios hegemônicos.

15 No original: “La expansión imperialista da Europa occidental debió mucho a los aportes de sus estudiosos de lo extraeuropeo.

En realidad, la necesidad de estudiar cosas y clasificarlas no es tampoco una necesidad en sí del hombre. Pero una vez impuestos al mundo entero los patrones culturales europeos, esa necesidad pasa a ser un factor de poder. Fuera del juego del poder, la existencia de la disciplina nos permite acceder a un conocimiento de las cosas de todos los pueblos a fin de estar en condiciones de enfrentar con más solidez los modelos “únicos” metropolitanos y la visión inevitablemente colonial de “lo otro”. Es cierto que ese acceso se logra en principio a través de la propia metrópoli, pero esto parece ser inevitable para lidar con su protagonismo hegemónico”.

Esse dilema é, em síntese, a discussão primordial reproduzida pelos estudiosos dos conceitos do pensamento decolonial, no que tange à colonização do pensamento na América Latina, que debate a superação da dita universalidade da filosofia europeia.¹⁶

E há ainda a provocação feita pelo educador e compositor alemão, radicado no Brasil, Hans-Joachim Koellreutter (1915-2005) em sua proposta da “escola” musical formadora deslocando os saberes e fazeres ocidentalizados para outras culturas em que o estudo da música se centraliza na dimensão estética da criação na Improvisação (BRITTO, 2011).

Em fato, departamentos de música, o seu corpo docente, é que decidem o que será Música.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: “BEETHOVEN NO SONRÍE”¹⁷

É certo que a Academia é um dos cenários fundamentais onde se travam disputas de narrativas relativamente hegemônicas, discursos teóricos/epistêmicos, e práticas mais ou menos comprometidas ou com a manutenção de um *status quo* injusto socialmente, ou com a emancipação e soberania desta ou daquela população.

Talvez esses debates possam ser mais um instrumento para alcançar, conforme sugerido por Quijano (1992), a “libertação das relações interculturais da prisão da colonialidade”, o que implica também a:

liberdade de todas as pessoas, de escolher individual ou coletivamente nessas relações; liberdade de escolha entre as várias orientações culturais. E, acima de tudo, a liberdade de produzir, criticar, mudar e intercambiar cultura e sociedade. Faz parte, em suma, do processo de liberação social de todo poder organizado como desigualdade, discriminação, exploração e dominação¹⁸. (QUIJANO, 1992, p. 20)

E é neste cenário, o de compreender as rápidas mudanças que vem ocorrendo em todo nosso continente para um melhor panorama das opções socialmente justas a se tomar individual ou coletivamente – seja nas artes, nas produções acadêmicas, ou nos diferentes cenários sociais – que o estudo das propostas da teoria decolonial e seu entorno, entre outras propostas emancipadoras, são imprescindíveis para a Universidade e para a sociedade como um todo nesse momento.

16 A questão é complexa e extrapola os limites deste artigo; para mais informações, vide: Filosofia brasileira e pensamento descolonial de MARGUTTI, Paulo, In *Sapere aude* – Belo Horizonte, v. 9 – n. 18, p. 223-239, jul./Dez. 2018 – ISSN: 2177-6342.

17 Menção à afirmação metafórica de Coriun Aharonián (2002, p. 77) sobre o posicionamento do consagrado músico alemão perante as criações musicais superficiais da Europa de então.

18 Texto original: “*La liberación de las relaciones interculturales de la prisión de la colonialidad, entraña también la libertad de todas las gentes, de optar individual o colectivamente en tales relaciones; una libertad de opción entre las diversas orientaciones culturales. Y, sobre todo, la libertad para producir, criticar y cambiar e intercambiar cultura y sociedad. Es parte, en fin, del proceso de liberación social de todo poder organizado como desigualdad, como discriminación, como explotación, como dominación*”. (QUIJANO, 1992, p. 20).

Após a enunciação dos principais pontos de uma teoria Decolonial, limitando-nos a uma perspectiva de aplicabilidade à área musical e esta dentro do ensino acadêmico, nossa intenção foi reunir subsídios para uma compreensão das falas exercidas pelos estudiosos latino-americanos dessa já consolidada teoria, sem no entanto nos abster da crítica necessária pelo próprio avanço temporal que em nada assegura a perenidade também de nossas próprias afirmações – a releitura é sempre bem-vinda, é somatória, cremos.

Primeiramente, tem-se o aporte que a teoria decolonial carrega que é uma espécie de autoanálise do setor identitário de uma América Latina dividida pela luta de classes e de hierarquização cultural, a saber ocidentalizadas, europeizadas e, na sequência de muitos jugos colonializantes, (norte)americanizada. Se há uma contribuição aí, ela acontece, em nível imediato, nos próprios autores dos primeiros estudos e conceitos a esse respeito, como afirmação e superação da Filosofia como prerrogativa europeia, ou seja, firma-se um conjunto de autores e ideias a partir da América Latina, tornando-se esta uma referência.

No nível macro, a expansão do ideário decolonial segue uma difusão nos diversos canais da academia e destes às comunidades onde a influência de seus atores sociais tem um considerável grau de permeabilidade pela lida das pesquisas e convivências, retornando em ciclos de novas escrituras de teses e dissertações que têm dado visibilidade a quem antes não tinha sua fala valorizada – etnomusicólogos como Samuel Araújo (2016) e Angela Luhning e Rosângela Tugny (2016) apontam esse quadro.

Nesse sentido, uma pergunta é feita, e tem se tornado mais frequente, é quem de fato precisa ou é afetado por essa teoria decolonial? Se no contato com as comunidades (que se tornam relatos de casos) percebem-se estruturas de atividades extra colonializantes, então como se aplicam as definições conceituais? Ou seja, nas localidades em que há diversidade, parece que dois dos principais conceitos, a decolonialidade do poder e o giro decolonial, tornam-se mais intercambiáveis do que a colonialidade do ser e do saber.

Retomando o exemplo do objeto de estudo do mestrado (MONTEIRO, 2019), em que foram analisadas manifestações musicais tipicamente andinas bolivianas nas atividades desenvolvidas pela OEIN, concluiu-se que as comunidades viviam um cotidiano onde a cosmovisão andina permanecia fortemente arraigada, vívida, em paralelo à naturalização e hierarquização dos saberes ocidentais impostos. Se inicialmente havia uma dúvida proposta (até que ponto a evidência de elementos da cosmovisão andina nas práticas da OEIN representariam uma ação decolonial?), uma das respostas obtidas é que o “giro” teria sido realizado pelo idealizador da orquestra – Cergio Prudêncio – confessadamente ao se reencontrar com suas raízes;

Tenho muito de índio biológico. Nasci em um contexto cultural não índio; mas sinto-me biologicamente em uma porcentagem que não sei especificar. Isso explica

esse quase apostolado por essa causa, esse apelo às técnicas e filosofias de um mundo que de alguma forma deve estar em mim.¹⁹ (PRUDENCIO, 2012).

Ainda que, como já dito anteriormente, não existam fórmulas prontas, podemos perceber que a sugestão dada por Prudencio, sobre os caminhos para a descolonização, é uma meta a ser alcançada:

Descolonizar é criar condições igualitárias de intercâmbio com o outro. Porque é disso que se trata, relacionar-se. (...) É evidente que a missão não é tão fácil como enunciá-la. O verdadeiro desafio da descolonização é que você tem que inventá-la, você tem que construí-la. Demanda consciência, mas acima de tudo, criatividade, engenhosidade, abertura, para levantar, a partir daí, paradigmas próprios e novos²⁰. (PRUDENCIO, 2010, pg.124).

Assim, é relevante que as pesquisas destaquem os conceitos não como um conjunto monolítico, que engesse a teoria decolonial, pois há indícios constantes de que existências extra-colonialidades e que, em geral, têm servido a uma exemplificação nem sempre exitosa em desmembrar os conceitos, causando quase uma tipificação metodológica a caminho de uma nova hegemonia.

Já como ferramenta para o incremento de resistência sociocultural, aí sim os conceitos de uma teoria decolonial parecem atingir outros patamares, propiciando mais a consciência de uma condição dentro de forças colonializantes, a estampar uma capacidade de organização do pensamento e de conceitos para enxergar existências na resistência, como se tensionam no poder e como contribui para articulação de insubmissões.

Portanto, enxergar a resistência é um contributo com e para a postura decolonial. Há pouca aderência, no entanto, quando esse olhar é dirigido e descrito para as práticas ditas colonizadoras e do envolvimento apontado ainda é visto como de seres colonizados. Atentar para a resistência nas tentativas de ruptura da linguagem – as vanguardas musicais europeias – de Debussy a Schoenberg, de John Cage a John Adams, por exemplo, anos 1920 e 1960 em diante, ou a dificuldade em ver a ação mantenedora da essência cultural em casos musicais de africanos escravizados no Brasil, sua sobrevivência musico-cultural em manifestações de brasilidade, demonstra muito dos modos como lidamos com as informações.

O ano musical de 2020 está mundialmente “contaminado” pelas ações culturais de comemorações dos 250 anos de Ludwig van Beethoven (1770-1827), e críticas surgirão pelo fato de países latino-americanos se integrarem às comemorações – qual o sentido disso? Se sua obra fosse observada e destacada com a mesma força

19 No original: “Tengo mucho de indio biológico. Nací en un contexto cultural no indio; pero me siento biológicamente tal en un porcentaje que no sé precisar. Eso explica este casi apostolado por esta causa, este apelar a técnicas y filosofías de un mundo que de alguna manera ha debido estar en mí.” (PRUDENCIO, 2012).

20 No original: “Descolonizar es crear condiciones igualitarias para el intercambio con el otro. Porque de eso se trata, de relacionarnos. (...) Es evidente que la misión no es tan fácil como enunciarla. El desafío verdadero de la descolonización es que hay que inventarla, hay que construirla. Demanda conciencia, pero sobre todo, creatividad, ingenio, apertura, para levantar, desde ahí, paradigmas propios y nuevos.” (PRUDENCIO, 2010, pg.124).

simbólica em que é tida como um dos maiores ícones culturais ocidentais, aí emergiria o sujeito anárquico que Beethoven era – republicano, avesso às normas da sociedade vienense imperial, fundador de uma composição que rompe com os clichês no nível de futilidade do Classicismo europeu, criador de uma música que incomodava o passatempo dos concertos... – então se verificaria que não basta ser europeu para automaticamente ser classificado como cultura dominante e eurocêntrica, tem que saber ler a mesma informação pelo viés da resistência cultural que ele propiciou perante uma classe abastada que tinha a Música como subproduto a serviço de seu entretenimento leviano numa sociedade extremamente opressora e economicamente oriunda da Revolução Industrial.

A disseminação do conhecimento de essências culturais mantidas nos saberes de índios e negros dá um “não” à docilidade pretendida de nossos corpos à “herança europeia” e propõe um outro reflexo ao mesmo conteúdo difundido. Outrossim, as formas de rupturas de linguagens, que historicamente geraram movimentos de vanguardas e provocaram estranheza e aversão ao *establishment*, ligam sua estética à ética, à contextualização sócio-histórica da qual não se abstiveram. Assim, é paradoxal – mas exequível – que sejam usados equipamentos colonializantes (a escola, a orquestra, a história da música ocidental) para gerar resistência à colonialidade do saber e da estética.

Se – enquanto professores, pesquisadores, gestores públicos, ou simplesmente como cidadãos – observarmos a sugestão de Ailton Krenak, feita em recentes palestras para pós-graduandos do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, entre 2017 e 2019, em que sugere taxativamente que:

Definitivamente não somos iguais, e é maravilhoso saber que cada um de nós que está aqui é diferente do outro, como constelações. O fato de podermos compartilhar esse espaço, de estarmos juntos viajando não significa que somos iguais; significa exatamente que somos capazes de atrair uns aos outros pelas nossas diferenças, que deveriam guiar o nosso roteiro de vida. Ter diversidade, não isso de uma humanidade com o mesmo protocolo. Porque isso até agora foi só uma maneira de homogeneizar e tirar nossa alegria de estar vivos. (KRENAK, 2019, p. 32)

Talvez aí possamos começar a exercitar um necessário desapego de ideias maniqueístas, teorias engessadas, ou ainda deixar de lado receitas prontas para toda e qualquer situação. De qualquer forma, a palestra de Krenak (um indígena brasileiro) para uma seleta plateia na antiga metrópole colonial denote o interesse, ou nos desperte no mínimo a curiosidade, para as ideias de uma real exequibilidade de “outros mundos possíveis”.

REFERÊNCIAS

AHARONIÁN, C. *Introducción a la música*. Montevidéo: Tacuabé, 2.^a edição corrigida e aumentada, 2002.

_____. *Educación, Arte, Música*. Montevidéo: Tacuabé, 2004.

ARAÚJO, S. O campo da etnomusicologia brasileira: formação, diálogos e comprometimento político In: LÜHNING Angela e TUGNY, Rosângela Pereira de (Orgs.) *Etnomusicologia no Brasil*. Salvador: UFBA, 2016.

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. In: *Revista Brasileira de Ciências Políticas*, p. 89-117, 2013.

BEZERRA, S. S. Considerações acerca da teoria decolonial por meio de reflexões sobre a prática docente em língua inglesa. In: *Raído*, v. 13, n. 33, jul./dez. Ed. UFGD, 2019, 93-101. Fonte: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/Raido/article/download/9936/5441>, 2019.

BLACKING, J. *Música, cultura e experiência*. Tradução de André-Kees de Moraes Schouten. *Cadernos de campo*. São Paulo, n. 16, p. 201-218, 2007.

BRITO, Teca Alencar de. *Koellreutter educador: o humano como objetivo da educação musical*. 2ª ed. São Paulo: Peirópolis, 2011.

KRENAK, A. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das letras, 2019.

LÜHNING A. & TUGNY, R. P. de (Orgs.) *Etnomusicologia no Brasil*. Salvador: UFBA, 2016.

MACHADO, M. F. *Museu Rondon - Antropologia e Indigenismo na universidade da Selva*. Cuiabá: Entrelinhas, 2009.

MIGNOLO, W. D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade In: MIGNOLO W. D., *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas* (pp. 35-54). Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

_____. Desobediência epistêmica: A opção descolonial e o significado de Identidade em política. In: *Cadernos de Letras da UFF - Dossiê: Literatura, língua e identidade*, n. 34, 2008, 34 ed.: p. 287-324.

_____. Colonialidade: O lado mais escuro da Modernidade. In: *Rev. bras. Ci. Soc.*, v. 32, n. 94 - e329402, junho de 2017.

MONTEIRO, G. L. F. *Orquestra Experimental de Instrumentos Nativos de La Paz: Amálgama de Bambu*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá: PPG-ECCO/UFMT, 2019.

QUIJANO, A. Colonialidad y modernidad/racionalidad. In: *Perú Indígena*, pp. 11-20, 1992.

_____. ¡Que tal raza!. In: *Revista del CESLA* n.1 (pp. 192-200). 2000. Fonte: <https://www.revistadelcesla.com/index.php/revistadelcesla/article/view/379/375>

_____. Colonialidad del poder y clasificación social. In: *Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder*. Buenos Aires: CLACSO, 2014.

PRUDENCIO, Cergio. *Hay que caminar sonando*. La Paz: Artelibro, 2010.

_____. *Tengo mucho de indio biológico*. *la-razon.com*. Editado por la-razon. 30 de dezembro de 2012. http://www.la-razon.com/index.php?url=/suplementos/escape/Cergio-Prudencio-indio-biologico_0_1750625008.html

RIVERA, S. C. *Ch'ixinakax utxiwa: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.

SANTOS, B. S. *O fim do império cognitivo: A afirmação das epistemologias do Sul*. Belo Horizonte: Autêntica. 2019.

SANTOS, B. & MENESES, M. *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS:

PPG-ECCO. (2019). Disciplinas ECCO 2019-2. Fonte: ECCO - Estudos de Cultura Contemporânea: <https://www.ufmt.br/ecco/site/docs/Disciplinas%20ECCO%202019%202.pdf>